



## MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE  
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 30MUNAMM24

CONSULTA PRÉVIA  
CADERNO DE ENCARGOS

JULHO 2024



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	2
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto	2
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato	2
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato	2
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Preço base	2
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</b>	3
<b>Secção I - Obrigações do fornecedor</b>	3
<b>Subsecção I – Disposições gerais</b>	3
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Obrigações principais do fornecedor	3
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Conformidade e operacionalidade dos bens	3
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Prazo e local da entrega dos bens	4
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Inspeção	5
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Aceitação definitiva	6
<b>Subsecção II – Dever de sigilo</b>	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Informação e sigilo	6
<b>Secção II - Obrigações do município de Armamar</b>	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Preço contratual	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Condições de pagamento	7
<b>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO</b>	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Penalidades contratuais	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Força maior	8
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Resolução por parte do fornecedor	9
<b>CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	10
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos	10
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Resolução de litígios	10
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Legislação aplicável	10
<b>CLÁUSULAS TÉCNICAS</b>	11
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Recursos Materiais	11
Cláusula 24. <sup>a</sup> - Dosagem dos produtos de limpeza	11
Cláusula 25. <sup>a</sup> - Formação	12



## **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de consulta prévia, que tem por objeto principal a aquisição de bens móveis: “produtos e equipamentos de limpeza e higiene”, em regime de fornecimento contínuo não vinculativo.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup> - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º I do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelo adjudicatário, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 16 meses ou até ser atingido o preço contratual, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Preço base**

1. O preço base corresponde ao preço máximo que o município de Armamar se dispõe a pagar pela aquisição de bens que constitui o objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço máximo a que se refere o número anterior não pode ser superior a 40 000,00 EUR para o prazo máximo da vigência do contrato, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base não é passível de revisão.



## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do fornecedor**

#### **Subsecção I - Disposições gerais**

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> - Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações contratuais:
  - a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
  - b) Fornecer os bens conforme as características técnicas definidas na proposta adjudicada, prazos de entrega e requisitos de fornecimento, definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
  - c) Comunicar ao município de Armamar, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
  - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais.
2. Da celebração do contrato decorrem ainda, para o fornecedor as seguintes obrigações:
  - e) Garantir a total operacionalidade dos bens, tendo em conta a natureza e o fim a que se destinam;
  - f) Implementar o plano de formação das equipas de trabalho;
  - g) Responder por quaisquer erros, deficiências ou omissões no fornecimento de bens, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados;
  - h) Responder por qualquer dano material que resulte da utilização dos produtos, desde que seja possível comprovar que os mesmos foram corretamente aplicados, de acordo com as instruções dadas pelo fornecedor.
3. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> - Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao município de Armamar os bens objeto do contrato, garantindo a conformidade e a operacionalidade dos mesmos de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.



3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens objeto do contrato.
4. O fornecedor é responsável perante o município de Armamar por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Prazo, local e modo de execução do contrato**

1. A entrega dos bens, deverá ser efetuada no edifício sede do município ou em local a designar pelo município de Armamar, no prazo de 1 a 3 dias úteis (conforme resulte da proposta adjudicada), após a receção da nota de encomenda ou solicitação formalmente equivalente, emitida pela competência organizacional Aproveitamento.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa, integral e regular utilização ou funcionamento daqueles.
3. Quando não exista para entrega os bens solicitados, deverá ser proposto outro bem para substituir o que estiver em falta, não podendo, deste fato, resultar qualquer acréscimo de preço.
4. Na situação prevista no número anterior, a entidade fornecedora deverá apresentar todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte do município de Armamar, nomeadamente amostras, fotografias e especificações técnicas dos bens.
5. Não obstante o disposto nos números anteriores o município de Armamar não fica, em caso algum, obrigado a aceitar os bens de substituição propostos pelo fornecedor.
6. O fornecimento é contínuo, pelo que o fornecedor se obriga ao fornecimento na exata medida das quantidades solicitadas pelo município de Armamar, durante o período de vigência do contrato.
7. Durante a vigência do contrato, por acordo entre as partes, poderá ser alargado o objeto do fornecimento a outros bens cuja tipologia não esteja prevista na proposta adjudicada, desde que os mesmos se cinjam a bens de idêntica natureza.
8. A entrega dos bens é acompanhada da respetiva guia de remessa, da qual deve constar, designadamente:
  - a) A data de entrega;
  - b) Identificação da entidade fornecedora;
  - c) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;
  - d) Data da encomenda e número do compromisso emitido pela entidade adquirente;
  - e) Indicação dos bens.
9. A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pelo trabalhador responsável, fica na posse do fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
10. O município de Armamar procederá, no momento de entrega dos bens, às verificações:
  - a) Quantitativa, para comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas na guia de remessa com as quantidades encomendadas;



- b) Qualitativa, para comprovar a inexistência de deficiências em termos de armazenamento, de embalagem e de transporte.
11. Após verificação, a entidade adjudicante pode:
- a) Aceitar os bens mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
  - b) Rejeitar total ou parcialmente os bens;
  - c) Devolver os excedentes;
  - d) Solicitar a entrega dos bens em falta.
12. O fornecimento dos bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.
13. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega, bem como os encargos resultantes da substituição e/ou devolução dos mesmos são da responsabilidade do fornecedor.
14. Os suportes/dispensadores dos produtos de higiene serão gratuitamente disponibilizados ou substituídos (se for caso) pelo fornecedor.
15. A cedência, colocação e manutenção (assistência técnica) dos suportes ficam a cargo do fornecedor e deve ser realizada de acordo com as características das instalações sanitárias de cada organismo.
16. O fornecedor deverá minimizar a ocorrência de danos nas infraestruturas, designadamente em paredes de edifícios, inerentes à colocação e/ou substituição dos suportes, pelo que será responsabilizado sempre que os mesmos se demonstrarem excessivos face ao considerado como estritamente necessário
17. No termo do contrato, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os equipamentos e acessórios cedidos que não possam ser retirados ou cuja fixação tenha provocado a deterioração das instalações, ingressarão nos ativos do município.
18. A entidade adjudicante não fica obrigada a abastecer-se em regime de exclusividade ao adjudicatário, embora o recurso a outros fornecedores só deva ocorrer em eventuais alterações de rutura por parte do adjudicatário, por incumprimento do prazo de entrega ou devido a circunstâncias imprevistas.
19. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega e da execução do serviço, deve o fornecedor, logo que dele tenha conhecimento, solicitar ao município de Armamar a prorrogação do respetivo prazo.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - Inspeção**

1. Após a entrega dos bens, o funcionário designado pelo município de Armamar, procede à inspeção quantitativa e qualitativa, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização da inspeção, o fornecedor deve prestar ao município de Armamar, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se



representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, o município de Armamar pode solicitar ao fornecedor a disponibilização dos bens objeto do contrato, para efeitos de realização de testes de validação das suas características, antes da adjudicação do presente procedimento.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso de a inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve informar o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo município de Armamar, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o município de Armamar procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Aceitação definitiva**

1. Caso a inspeção a que se refere a cláusula 8.<sup>a</sup> comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, deve ser emitido, no prazo de dois dias um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do município de Armamar.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o município de Armamar, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Informação e sigilo**

1. O fornecedor e o município de Armamar devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
5. O fornecedor deve prestar ao município de Armamar todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o município de Armamar satisfazer os pedidos de informação formulados pelo fornecedor e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
6. As matérias cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

## **Secção II - Obrigações do município de Armamar**

### **Cláusula 12.ª - Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve pagar ao fornecedor os preços unitários da proposta adjudicada dos artigos encomendados, até ao limite máximo de 40 000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 13.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo município de Armamar, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Armamar das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de aceitação previsto na cláusula 10.º do presente caderno de encargos.
3. Em caso de discordância por parte do município Armamar, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por correio eletrónico, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.





4. A emissão de faturas deve cumprir os requisitos fixados na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (designada LCPA) e no Código do IVA.
5. As faturas são transmitidas eletronicamente e enviadas, preferencialmente, via EDI (intercâmbio eletrónico de dados) e Faturação Eletrónica da YET- Your Electronic Transactions, associado ao endereço de correio eletrónico [faturacaoeletronica@cm-armamar.pt](mailto:faturacaoeletronica@cm-armamar.pt)
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º I, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### **CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 14.ª - Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Armamar pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, calculada nos seguintes termos:
  - a) Pelo atraso na entrega dos bens superior a 2 dias: 1% do valor da encomenda;
  - b) Pelo atraso na entrega dos bens superior a 5 dias: 5% do valor da encomenda;
  - c) Pelo incumprimento de quaisquer outras obrigações: 5% do preço contratual.
2. A cobrança das eventuais penalidades em que o fornecedor incorra serão deduzidas no primeiro pagamento efetuado ou devido logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pelo município de Armamar.
3. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas ao município de Armamar for protelado por qualquer motivo, o fornecedor deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a multa deveria ter sido paga.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Armamar exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao fornecedor o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

#### **Cláusula 15.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Resolução por parte do município de Armamar**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente: pelo atraso na entrega dos bens superior a 15 dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante comunicação por correio eletrónico do município de Armamar ao fornecedor.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.



## **CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
2. As entidades subcontratadas pelo fornecedor devem cumprir os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
3. No caso de subcontratação, o fornecedor permanece integralmente responsável perante o município de Armamar, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Resolução de litígios**

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal com competência territorial para o concelho de Armamar, com a expressa renúncia a qualquer outro.
2. O disposto no número anterior não impede o recurso voluntário, pelas partes, a meios alternativos de resolução de litígios, designadamente, à mediação ou à arbitragem.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.



## CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 23.<sup>a</sup> - Recursos Materiais

1. O presente procedimento visa a aquisição de produtos de limpeza e higiene, ferramentas e acessórios de limpeza, designadamente: produtos para limpeza de áreas alimentares, produtos para limpeza e tratamento de edifícios/pavimentos, produtos para limpeza de instalações sanitárias, utensílios de limpeza, equipamento de proteção individual, acondicionamento de lixo, higiene pessoal, entre outros.
2. Os artigos a fornecer, bem como as respetivas especificações técnicas, constam da lista de artigos, que constitui o Anexo I ao caderno de encargos.
3. O fornecedor deverá ter em consideração que as tarefas de limpeza são executadas com a periodicidade definida no Anexo II ao caderno de encargos.
4. Em todo o caso, é recomendada a visita aos locais objeto de intervenção, são eles:
  - a) Edifício sede do município;
  - b) Piscinas Cobertas;
  - c) Piscinas Descobertas;
  - d) Oficinas Municipais;
  - e) Edifício da Antiga Adega Cooperativa (Centro Interpretativo da Mulher Duriense, Loja Interativa de Turismo, Centro Documental);
  - f) Sanitários Públicos (miradouro da Misarela e Praça 25 de Abril);
  - g) Jardim de Infância de Armamar;
  - h) Escola Básica José Manuel Durão Barroso;
  - i) Centro de Saúde;
  - j) Pavilhão Gimnodesportivo.
5. Os produtos, acessórios e consumíveis devem ser selecionados de forma eficiente com o objetivo de reduzir o impacto ambiental das operações de limpeza. Assim, o fornecedor deve privilegiar a escolha de produtos de limpeza que ostentem o rótulo ecológico da União Europeia ou equivalente, sendo obrigatório que os consumíveis de higiene pessoal, isto é, as toalhas de mãos, o papel higiénico e o sabonete em espuma, possuam rótulo ecológico da UE ou equivalente.
6. Não devem ser propostos produtos abrasivos, tóxicos e com cheiro intenso, que possam perturbar o normal funcionamento do serviço, a saúde e o bem-estar das pessoas no local.
7. Não são aceites propostas que contenham produtos químicos sem fichas técnicas e de segurança validadas pelas entidades competentes.
8. É da responsabilidade do fornecedor o tratamento dos resíduos provenientes das embalagens dos produtos fornecidos.

### Cláusula 24.<sup>a</sup> - Dosagem dos produtos de limpeza

1. Os produtos químicos devem ser fornecidos com mecanismos auxiliares de dosagem (dispensadores automáticos e outros).



2. Não sendo possível, poderão admitir-se os que forem acompanhados de instruções claras de dosagem.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup> - Formação**

1. O fornecedor deve apresentar um plano de formação, da sua responsabilidade ou de entidades competentes e certificadas para o efeito, que abranja todas as técnicas de limpeza afetas a cada um dos espaços municipais.
2. O fornecedor deve cumprir o plano de formação durante o período de vigência do contrato.
3. Pretende-se uma formação inicial, a realizar no primeiro mês do contrato, e sucessivas sessões de reciclagem em função dos resultados operacionais, da evolução de técnicas e especificações de produtos e ferramentas, entre outros.
4. A calendarização das ações de formação será definida pelo fornecedor, em estreita colaboração com o gestor de contrato do município de Armamar, devendo abranger os seguintes domínios:

#### a) Produtos de limpeza:

- i. Os trabalhadores devem receber formação sobre a utilização da dosagem correta dos produtos para cada tarefa de limpeza;
- ii. Os trabalhadores devem receber formação sobre a utilização da taxa correta de diluição para produtos de limpeza não diluídos e a utilização do aparelho de dosagem adequado;
- iii. Os trabalhadores devem receber formação sobre como armazenar devidamente os produtos de limpeza;
- iv. A formação deve abranger a minimização da gama de produtos de limpeza utilizados como meio para reduzir o risco de utilização excessiva ou incorreta dos produtos de limpeza.

#### b) Poupança de recursos:

- i. Os trabalhadores devem receber formação a fim de utilizar água fria para diluir os produtos, salvo indicação em contrário do fabricante do produto;
- ii. Os trabalhadores devem receber formação para utilizar produtos de microfibra, quando adequado, a fim de minimizar a utilização de água e de produtos de limpeza;
- iii. Quando adequado, os trabalhadores devem receber formação para apagar as luzes quando terminam as suas tarefas.

#### c) Resíduos:

- i. Os trabalhadores devem receber formação para utilizar acessórios de limpeza duradouros e reutilizáveis cumprindo sempre a desinfecção e lavagem dos panos a utilizar e minimizar a utilização de acessórios descartáveis (por exemplo, luvas), nos casos em que tal não comprometa a segurança do pessoal e os requisitos de higiene.
- ii. Os trabalhadores devem receber formação para eliminar corretamente as águas residuais.



- iii. Os trabalhadores devem receber formação específica sobre a triagem de resíduos. A formação deve incluir a gestão de resíduos sólidos nos locais de intervenção.
- d) Saúde e segurança:
  - i. Os trabalhadores devem ser informados sobre questões de saúde, segurança e ambiente relacionadas com as tarefas de limpeza e incentivados a adotar as melhores práticas. Tal inclui informações sobre:
    - 1) fichas de dados de segurança e manuseamento de produtos químicos e de como proceder em caso de derrame de produtos;
    - 2) ergonomia e legislação nacional aplicável em matéria de saúde e segurança no trabalho;
    - 3) utilização de equipamentos de proteção individual (EPI);
    - 4) remoção, limpeza e armazenamento de luvas reutilizáveis (se aplicável).
- 5. Todos os trabalhadores do município de Armamar que executam tarefas de limpeza devem receber informações atualizadas relativamente a todos os aspetos descritos neste critério, no mínimo, uma vez por semestre.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup> – Gestão ambiental**

- 1. O fornecedor deve apresentar um plano de gestão ambiental, da sua responsabilidade ou de entidades competentes e certificadas para o efeito, com vista a minimizar os impactes ambientais associados à tarefa de limpeza dos edifícios municipais da entidade adjudicante.
- 2. Devem ser considerados os seguintes aspetos:
  - a) Reduzir, tanto quanto possível, a utilização de produtos de limpeza com impacto ambiental;
  - b) Aumentar a utilização de produtos de limpeza com rotulagem ambiental;
  - c) Reduzir a utilização de acessórios de limpeza descartáveis;
  - d) Reduzir a utilização de água;
  - e) Reduzir a quantidade gerada de resíduos sólidos no âmbito das tarefas de limpeza;
  - f) Assegurar a respetiva triagem nos termos da legislação em vigor.

~



## ANEXO I – LISTA DE ARTIGOS

Produtos para limpeza e manutenção de pavimentos e superfícies		
N.º	Artigo e especificações técnicas	Descrição e finalidade
1	Decapante de cera rápido sem enxaguamento, embalagem de 5 litros	Remoção das acumulações de antigas camadas de cera metalizada dos pavimentos e vedantes envelhecidos e endurecidos, de modo a deixar a superfície do pavimento perfeitamente neutra depois da decapagem, evitando a necessidade de neutralizar e enxaguar.
2	Desincrustante ácido tamponado, embalagem de 5 litros	Ação desincrustante, para a remoção de resíduos calcários, formações salinas, resíduos de calda de cimento, eflorescências, ferrugem de materiais duros resistentes aos ácidos.
3	Detergente higienizante à base de cloro, embalagem de 3 litros	Detergente de manutenção à base de cloro ativo, utilizado para a higienização quotidiana de todas as superfícies laváveis.
4	Cera metalizada super para manutenção, embalagem de 5 litros	Cera de longa duração, específica para a manutenção de pavimentos sintéticos e de pedra porosa. A aplicação do produto deve garantir uma película protetora não escorregadia, brilhante, altamente resistente ao tráfego e à penetração de pó e sujidade.
5	Detergente especial de vidros, embalagem de 5 litros	Poder detergente e desengordurante, tornando a superfície perfeitamente limpa, transparente, brilhante e sem halos.
6	Detergente em spray específico para vidros e cristais, embalagem de 750 ml	Limpeza de vidro, cristal e espelho de fácil e rápido emprego. De modo a garantir brilho, sem deixar nenhum resíduo ou auréola e criar uma invisível película protetora que retarde a formação e acumulação de sujidade e smog.
7	Detergente para manutenção de parquetes tratados - madeira, embalagem de 3 litros	Detergente neutro e concentrado, específico para a limpeza quotidiana dos pavimentos em madeira, secagem rápida, sem deixar traços nem manchas e que não necessite de enxaguamento.
8	Detergente neutro abrillantador, embalagem de 5 litros	Detergente neutro, seguro, rápido e de fácil utilização, que não necessite de enxaguamento, sem substâncias nocivas.
9	Lava encera autobrilhante,	Lavagem e enceramento do pavimento numa única



	embalagem de 5 litros	operação. Formação de película protetora brilhante e duradoura de fácil remoção. Sem necessidade de lustro.
10	Detergente desengordurante lava tudo, embalagem de 5 litros	Produto para desengordurar e limpar, sem enxaguar, em todas as superfícies laváveis, como: mesas de trabalho, prateleiras, eletrodomésticos, estantes, portas, fechos, pavimentos e outros objetos, superfícies plásticas, fôrmicos, cerâmica, porcelana, metálica, pavimento vitrificado e tratado com cera metalizada.
11	Detergente universal desodorizante, embalagem de 5 litros	Detergente neutro concentrado de utilização universal para limpeza a fundo, poder desengordurante e perfume intenso, agradável e persistente no ambiente.
12	Higienizante desengordurante de ação bactericida, fungicida e virucida, embalagem de 750 ml	Adequado para a higienização e a limpeza profunda de todas as superfícies, instalações, equipamentos e pavimentos em locais públicos e privados, estruturas hospitalares, ambientes HACCP, meios de transporte públicos.
13	Detergente desengordurante e abrillantador rápido, embalagem de 750ml	Desengordurante multiusos para uma limpeza rápida e profunda de todas as superfícies laváveis muito sujas. Produto que garanta a limpeza imediata e profunda mesmo da sujidade mais difícil. Deixa as superfícies brilhantes e sem resíduos.
14	Detergente multiusos abrillantador, embalagem de 750ml	Produto de limpeza perfumado, pronto a usar, para a limpeza rápida quotidiana com spray e para a limpeza do pó a húmido de todas as superfícies laváveis. Desengordurante a fundo, dispensando o enxaguamento.
15	Detergente desincrustante, desinfetante superperfumado, embalagem de 750 ml	Detergente que combine a ação de limpeza com a de higienização, para uma limpeza diária rápida de sanitários, torneiras, casas de banho, pavimentos e revestimentos em geral. Evite a acumulação de calcário e a formação de incrustações, tornando as superfícies brilhantes, sem corroer os cromados, capaz de eliminar as manchas e as marcas de água. Com ação desodorizante prolongada (2 a 3 dias) e perfume. Secagem rápida.
16	Detergente higienizante concentrado para uso diário, embalagem de 3 litros	Para uso em pavimentos e superfícies, baseado no princípio ativo DDAC. Secagem rápida. Efeito desodorizante.  Seguro em todos os materiais (metais, elementos cromados, estanhados ou zincados, vernizes o





		esmaltes, plástico, pedra, alumínio).
17	Neutralizador de odores, embalagem de 500 ml	Produto nebulizador para a eliminação imediata de odores desagradáveis de todos os tipos. Perfume suave a agradável.
18	Higienizante anticalcário, embalagem de 1 litro	Produto para a higienização e limpeza em casas de banho (azulejos, sanitas, banheiras, etc.).
19	Desincrustante higienizante periódico para WC, embalagem de 750 ml	Gel desincrustante, com poder desodorante, higienizante e desincrustante, para eliminar manchas e incrustações de calcário e ferrugem das paredes do W.C. e urinóis.
20	Higienizante desengordurante de ação bactericida, fungicida e virucida, embalagem de 3 litros	Adequado para a higienização e a limpeza profunda de todas as superfícies, instalações, equipamentos e pavimentos em locais públicos e privados, estruturas hospitalares, ambientes HACCP, meios de transporte públicos.
21	Higienizante de superfícies perfumado, embalagem de 1,5 l	Limpador neutro higienizante com propriedades bactericidas de várias aplicações na limpeza de todo o tipo de superfícies. Alto poder desengordurante com agradável perfume. Para uso em espaços com necessidade de profunda desinfeção e limpeza.
22	Cera, embalagem de 5 litros	Cera metalizada amarela para tratamento de superfícies
23	Detergente concentrado higienizante desodorizante anticalcário, embalagem de 5 litros	Detergente concentrado, higienizante e abrillantador, com uma forte ação perfumadora e efeito anticalcário preventivo, específico para a limpeza e a higienização quotidiana de casas de banho e de sanitários.
24	Detergente para lavagem automática de louça - águas médias - 24 kg	
25	Detergente para lavagem de roupa (bilha 5kg)	
26	Spray móveis 300 ml	



Ferramentas e acessórios de limpeza		
N.º	Artigo e especificações técnicas	Descrição e finalidade
27	Peluche lava vidros completo 35 cm	Conjunto de peluche e cabo para lavagem de vidros (35 cm)
28	Lava vidros completo 35 cm	Lava vidros completo de 35 cm com cabo de 180° multi-posição 4-em-1, eficaz e ergonómico de aceder e limpar janelas.
29	Balde longo lava vidros 22 litros	Balde para limpeza de vidros - em plástico resistente e de grande durabilidade.
30	Rolo de 20 sacos de lixo preto 30 litros	-
31	Rolo de 10 sacos de lixo preto 50 litros	-
32	Rolo de 10 sacos de lixo preto 100 litros	-
33	Rolo de 50 sacos de lixo sanitário 15 litros	-
34	Papeleira com tampa basculante 12 litros	-
35	Balde de lixo retangular 50 litros com pedal	Cor branca.
36	Kit balde Duplo profissional 25 l com sistema de prensa e chassis de suporte para 2 baldes	Balde profissional de 25 litros com sistema de prensa para espremer com o mínimo esforço. Com suporte de 40 cm, articulando-se para colocar a mopa adequada. Chassis com 2 baldes (água limpa/água suja).
37	Mopa de franjas ideal para limpeza de pavimentos irregulares e porosos	Mopa plana de mistura de fibras e microfibras. Limpeza de manutenção de pavimentos com método de 1 passo ou spray.
38	Cabo mopa 145 cm	Cabo em alumínio anodizado de elevada qualidade e punhos com textura anti deslize, com máxima ergonomia de uso.
39	Tapete anti sujidade 85x150 cm	Tapete interior monocromático, eficaz e elegante. Em 100% nylon com base de borracha, que permita: A lavagem na máquina a 60°C; resistir a áreas d



		alto tráfego; capturar a maior parte da sujeira; prolongar a vida útil do piso; secagem rápida.
40	Conjunto de 5 panos de microfibra de tecido 38x38 cm, cor azul	Pano de microfibra de tecido com um toque volumoso de primeira qualidade e uma aderência suave, para as mais elevadas exigências.  Capaz de eliminar as marcas de gordura deixadas pelos dedos e a sujidade persistente, sem a necessidade de utilizar produtos químicos.
41	Conjunto de 5 panos PVA, estrutura em 3D de tecido 100% microfibras 35x38 cm, cor amarelo	Pano multiusos, ideal para qualquer superfície - mobiliário, superfícies vidradas, aço inoxidável e manchas difíceis. Em estrutura 3D de tecido 100% microfibras, com revestimento de PVA (Polivinil de Álcool) para reduzir a fricção e aumentar a capacidade de absorção quando se necessita trabalhar com água, quando bem escorrido, deve deixar as superfícies secas e sem marcas.  Lavável.
42	Cabo telescópico 2x125 cm	-
43	Mopa plana para solos antiderrapantes ou de segurança	Mopa plana com uma base abrasiva fabricada com fibras 100% poliéster. Poder abrasivo e de absorção e remoção de toda a sujidade.  Fixação por tiras, sistema exclusivo de tiras para usar com baldes e prensa.
44	Esfregona completa (algodão e fibra)	Esfregona 100% de microfibra tecido para a limpeza de qualquer tipo de piso em pequenas áreas.
45	Recarga esfregona	Esfregona 100% de microfibra tecido para a limpeza de qualquer tipo de piso em pequenas áreas.
46	Luvras multiusos médias	
47	Luvras de nitrilo sem pó- médias- 100 unidades	
48	Vassoura tesoura completa	-
49	Vassoura macia completa	-
50	Recarga vassoura macia	-
51	Cabo vassoura/esfregona 138 cm	
52	Esfregão com esponja - salva-unhas – 10 unidades	-



53	Esfregão inox	
54	Aventais descartáveis – (100 unidades)	-
55	Toucas descartáveis (100 unidades)	-
56	Conjunto de 10 sacos de aspirador compatível com Taski Vento	
57	Pá de lixo com cabo	-
58	Escova sanitária com suporte-piaçaba	

Consumíveis – produtos para higiene pessoal		
N.º	Artigo e especificações técnicas	Descrição e finalidade
59	Guardanapos	Dupla folha, 33x33 mm, maço de 100 unidades.
60	Toalha de mão em papel tissue de duas folhas 22X21 Gold L140 +20 M 140 fls - caixa de 20	
61	Papel de limpeza azul	Rolo de limpeza industrial económico, com no mínimo 750 folhas. Papel ecológico à base de fibras recicladas. Absorvente e resistente.
62	Toalha de mão- 22,50x20,1 cm, 1 folha (embalagem de 12 maços x 410 folhas)	Compacta e contínua (folha a folha), 12 maços de aproximadamente 410 folhas.
63	Papel higiénico 13,4x18 cm de 2 folhas, 1150 serviços - 6 rolos	2 folhas, aproximadamente 1150 serviços, caixa de 6 rolos.
64	Creme sabonete em espuma	Aproximadamente 2500 doses, caixa de 6.

Atualmente, os dispensadores dos produtos 62, 63 e 64 referidos na tabela supra, são:  
 Dispensador de toalhas de mãos: Tork PeakServe Mini Continuous;  
 Dispensador de sabonete em espuma: Tork Skincare Dispensador (S4);



Dispensador de papel higiénico: Tork SmartOne

Os produtos a propor devem ser compatíveis com os dispensadores identificados.



## ANEXO II – PERIODICIDADE DAS TAREFAS DE LIMPEZA

## PERIODICIDADE: DIÁRIA

Código	Ações de limpeza	Resultados esperados
1	Limpeza geral do mobiliário dos espaços de trabalho e zonas comuns, de atendimento ao público e outros	Ausência de pó, resíduos sólidos, ou manchas e marcas de sujidade.
2	Despejo dos cestos de papéis	Recolha do papel para um saco de lixo grande, ou para o saco do carro de limpeza onde exista.
		Substituir mensalmente ou quando estiverem sujos e/ou danificados.
		Reunir na sala de lixos do piso - I do edifício sede o papel para descarte, proveniente de todos os edifícios municipais, onde será recolhido pela Resinorte.
3	Despejo e limpeza dos caixotes de lixos orgânicos	Manter limpos e higienizados os caixotes de lixos orgânicos.
		Os sacos devem ser depositados diariamente no contentor de recolha público mais próximo.
4	Limpeza de vidros mais sujeitos a sujidade	Ausência de pó, manchas e marcas de sujidade nas duas faces das superfícies.
5	Limpeza de interruptores de luz, puxadores e ombreiras de portas e janelas e corrimões de escadas	Ausência de pó, resíduos sólidos, ou manchas e marcas de sujidade.
6	Aspiração dos pavimentos de pedra, madeira e linóleo	Ausência de resíduos sólidos e líquidos derramados.
7	Passagem de produto eletroestático nos pavimentos de madeira e linóleo com recurso a mopa	Ausência de pó e outras manchas ou marcas de sujidade. O tratamento eletroestático melhora os resultados da aspiração.
8	Aspiração dos tapetes e dos estofos das cadeiras revestidas em tecido ou pele	Ausência de pó e resíduos sólidos.
9	Limpeza e desinfecção das instalações sanitárias, balneários e vestiários	Espaços limpos e higienizados, sem pó, resíduos sólidos, marcas ou manchas e sem papel de mãos e higiénico utilizados.
10	Reposição dos consumíveis nas instalações sanitárias	Não haver falhas na disponibilização de sabonete, papel de mãos, papel higiénico e outros consumíveis.
11	Despejo e lavagem dos cinzeiros onde eles existam	Manter limpos e higienizados os cinzeiros, evitando odores e espalhamento de cinzas.



**PERIODICIDADE: SEMANAL**

<b>Código</b>	<b>Ações de limpeza</b>	<b>Resultados esperados</b>
1	Lavagem de pavimentos de madeira e linóleo	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados.
2	Aspiração de pó dos teclados de computadores e telefones, bem como as ventoinhas dos processadores	Minimizar a penetração de pó e de resíduos sólidos e líquidos no interior destes equipamentos, protegendo o seu bom funcionamento.
3	Passagem de produto eletroestático nos teclados e ratos de computadores e telefones	Ausência de pó e outras manchas ou marcas de sujidade. O tratamento eletroestático melhora e prolonga os resultados da limpeza.
4	Limpeza dos monitores dos computadores com detergente neutro para vidros	Ausência de pó, resíduos sólidos, ou manchas e marcas de sujidade.

**PERIODICIDADE: MENSAL**

<b>Código</b>	<b>Ações de limpeza</b>	<b>Resultados esperados</b>
1	Lavagem de escadas, patamares envolventes aos edifícios municipais	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados.
2	Limpeza básica de tetos e pontos de iluminação	Ausência de pó, teias de aranha e outras marcas de sujidade.
3	Limpeza dos vidros em janelas e outras áreas de difícil acesso	Ausência de pó, manchas e marcas de sujidade nas duas faces das superfícies.
4	Substituição de sacos plásticos nos cestos de papéis	Manter os cestos de papéis protegidos com sacos limpos e estanques.
5	Lavagem de pavimentos de pedra	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados.

**PERIODICIDADE: ANUAL**

<b>Código</b>	<b>Ações de limpeza</b>	<b>Resultados esperados</b>
1	Lavagem especializada de cadeiras, sofás e outras superfícies forradas a tecido ou pele	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou marcas de líquidos derramados.
2	Tratamento de pavimentos de madeira e linóleo	Pavimentos com brilho, sem marcas / manchas de sujidade ou riscos provocados pelo uso intensivo.
3	Lavagem dos tapetes de uso interior e exterior	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou marcas de líquidos derramados.



O Presidente da Câmara Municipal,  
(assinado digitalmente)

Código Validação: 4SLFXPTTJQZXYTJW4FYRKAFKJ  
Verificação: <https://amamar.baicaeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 24 / 24

